

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.383.125 - DF (2018/0272440-0)

AGRAVANTE : DISTRITO FEDERAL
PROCURADOR : ZELIO MAIA DA ROCHA E OUTRO(S) - DF009314
AGRAVADO : JULIANO LEMOS DOS SANTOS
AGRAVADO : LETICIA PEREIRA LIMA
ADVOGADO : LUÍS HENRIQUE BORGES SANTOS - DF012655

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado pelo Distrito Federal contra decisão que inadmitiu seu recurso especial, interposto com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, objetivando reformar o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, assim ementado:

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. OMISSÃO. RESPONSABILIDADE SUBJETIVA. HOSPITAL PÚBLICO. MORTE DE BEBÊ HORAS APÓS O PARTO POR "ATELECTASIA PULMONAR" E "BRONCOASPIRAÇÃO". DANO MORAL CONFIGURADO. FIXAÇÃO DO "QUANTUM". RAZOABILIDADE. PROPORCIONALIDADE. JUROS DE MORA. CORREÇÃO MONETÁRIA.

1. O direito pátrio consagra a responsabilidade objetiva do Estado, por atos de seus agentes, mas em se tratando de ato omissivo, a responsabilidade é subjetiva.

2. É patente o dever de reparação do dano por parte Estado, quando prestou o serviço com deficiência, eis que seus agentes agiram com negligência ao terem liberado o nascituro saudável de cuidados especiais, que veio a falecer com os pulmões colabados em sua quase totalidade, por "atelectasia pulmonar" e "broncoaspiração" horas após o nascimento.

3. O *quantum indenizatório* deve atender ao caráter compensatório, punitivo e pedagógico da condenação, evitando-se que se converta o sofrimento em instrumento de vantagem indevida pela parte, atendendo aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. No entanto, não deve ser insuficiente a desencorajar o agente do dano a persistir com práticas que se repitam reiteradamente nas suas relações com os pacientes.

4. O cálculo dos juros de mora deve ser feito com base nos juros aplicados à caderneta de poupança e fluem a partir do arbitramento. (Repercussão geral RE 870947/SE).

5. A correção monetária deve ser calculada pelo IPCA-E, por força da declaração de inconstitucionalidade parcial do artigo 5º da Lei 11.960/2009, a partir do arbitramento da quantia (Súmula n. 362/STJ). (Repercussão geral RE 870947/SE).

6. Recurso conhecido e parcialmente provido.

Da análise dos autos, verifica-se que a decisão agravada negou seguimento ao recurso especial com base na aplicação do entendimento sufragado no recurso repetitivo REsp n. 1.495.146/MG.

É o relatório. Decido.

Superior Tribunal de Justiça

Preliminarmente, cumpre destacar que a decisão recorrida foi publicada em data posterior a 17 de março de 2016, sendo plenamente aplicável, segundo o Enunciado Administrativo n. 3 do Plenário do STJ, o art. 1.042 do Código de Processo Civil de 2015, que estabelece não ser cabível a interposição de agravo contra a decisão que não admite o recurso especial, quando a matéria, nele discutida, tiver sido decidida pelo Tribunal de origem em conformidade com precedente firmado por esta Corte sob o rito do art. 1.036 do CPC/2015 (art. 543-C do CPC/73).

Desse modo, não se afigura possível a apresentação de qualquer outro recurso a esta Corte Superior contra tal decisão, porque incumbe ao Tribunal de origem, com exclusividade e em caráter definitivo, proferir juízo de adequação do caso concreto ao precedente formado em repetitivo, sob pena de tornar-se ineficaz o propósito racionalizador da sistemática dos recursos representativos de controvérsia, instituída pela Lei n. 11.672/2008.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INTERPOSIÇÃO CONTRA DECISÃO PUBLICADA NA VIGÊNCIA DO CPC/2015. 1. IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA (CPC/2015, ART 932, III). NECESSIDADE. 2. PARTE DO RECURSO ESPECIAL NÃO ADMITIDA NA ORIGEM PORQUE AS MATÉRIAS FORAM JULGADAS SEGUNDO O RITO DO ART. 543-C DO CPC: TAXA DE JUROS REMUNERATÓRIOS CONTRATADOS. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS. NÃO CABIMENTO DO AGRAVO NESSES PONTOS (CPC/2015, ART. 1.042). 3. PREVISÃO LEGAL EXPRESSA. ERRO GROSSEIRO. CARACTERIZAÇÃO. 4. RECURSO CONHECIDO APENAS QUANTO À ALEGADA VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/73. MÉRITO. AFASTAMENTO. 5. AGRAVO PARCIALMENTE CONHECIDO PARA, NESSA EXTENSÃO, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 85, §§ 8º E 11, DO CPC/2015.

1. Com o advento do Código de Processo Civil de 2015 passou a existir expressa previsão legal no sentido do não cabimento de agravo contra decisão que não admite recurso especial quando a matéria nele veiculada já houver sido decidida pela Corte de origem em conformidade com recurso repetitivo (art. 1.042, caput). Tal disposição legal aplica-se aos agravos apresentados contra decisão publicada após a entrada em vigor do Novo CPC, em conformidade com o princípio tempus regit actum.

2. A interposição do agravo previsto no art. 1.042, caput, do CPC/2015 quando a Corte de origem o inadmitir com base em recurso repetitivo constitui erro grosseiro, não sendo mais devida a determinação de outor de retorno dos autos ao Tribunal a quo para que o aprecie como agravo interno.

3. Não se configura ofensa ao art. 535 do CPC/73 quando o Tribunal de origem, embora rejeite os embargos de declaração opostos, manifesta-se acerca de todas as questões devolvidas com o recurso e consideradas necessárias à solução da controvérsia, sendo desnecessária a manifestação pontual sobre todos os artigos de lei indicados como violados pela parte

Superior Tribunal de Justiça

vencida.

4. Agravo parcialmente conhecido para, nessa extensão, negar provimento ao recurso especial, com majoração dos honorários advocatícios, na forma do art. 85, §§ 8º e 11, do CPC/2015.

(AREsp 959.991/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/8/2016, DJe 26/8/2016). [Sem grifos no original].

Assim, por ser incabível, não se deve conhecer do presente recurso no que concerne à matéria objeto do recurso repetitivo REsp n. 1.495.146/MG

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, I, do Regimento Interno do STJ, não conheço do presente agravo.

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, determino a sua majoração, em desfavor da parte recorrente, no importe de 10% sobre o valor já fixado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, observados, se aplicáveis: *i.* os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do já citado dispositivo legal; *ii.* a concessão de gratuidade judiciária.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de setembro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator